

NOVOS DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO

Moema Miranda de Siqueira – Doutora em Administração/ USP; Pós-Doutora/York University; Professora Titular Aposentada/UFMG; moemams@uol.com.br

Liliane de Oliveira Guimarães – Doutora em Administração/EAESP-FGV; Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu PUCMinas; lilianeog@pucminas.br

Resumo

O artigo analisa diferentes perspectivas do conceito de empreendedor encontradas na literatura especializada através dos tempos, passando pela perspectiva centrada no mercado de trabalho, baseada nas alterações sócio-econômicas do pós-fordismo, e as opções pós-modernas de mobilização do capital social e inserção nas atividades produtivas. Demonstra como hoje são empreendedores não só aqueles que abrem um grande negócio, mas, cada vez mais, também os que iniciam um pequeno negócio, criando emprego e renda, ou ainda como agentes de políticas sociais, atuando como instrumentos de redistribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais. Discute a formação de empreendedores e critérios de classificação das iniciativas utilizados pela pesquisa GEM, defendendo uma postura que estimule a diversidade e a contribuição de criativas alternativas desenvolvidas no Brasil.

Palavras-Chave: Significados de Empreendedorismo .Capacitação de Empreendedores. Empreendedorismo Brasileiro

Abstract

The article analyses different perspectives of the concept of entrepreneurship suggested by the literature, including the perspective of market labor, which is based on post-fordism socio-economic changes, and post-modern options for social mobilizing of social capital and embeddedness of productive activities. It shows that entrepreneurs are nowadays not only those who start a big business, but also those who set up a small business by which employment and rent are generated and those who are social agents, who act as rent redistributors and contributors to social inequality reduction. It discusses the formation of entrepreneurs and criteria of classification of activities used by GEM, by suggesting a posture that stimulates the diversity and the contribution of creative alternatives developed in Brazil.

Keywords: entrepreneurship meaning, entrepreneurship education and Brazilian entrepreneurship

Introdução

Já é bastante conhecida a multiplicidade de sentidos no uso, cada vez mais freqüente, da expressão *empreendedor*. Originariamente, o vocábulo francês *entrepreneurs* significava assumir empreitada que exigia esforço e muito empenho e era utilizado geralmente quando a referência eram pessoas que organizavam e lideravam expedições militares. Nessa visão tradicional, desde Schumpeter, os empreendedores são sempre identificados como pessoas pioneiras, determinadas, detentoras de habilidades que as distinguem da maioria e que as levam a realizar sonhos e planos de ou em uma empresa (DOLABELA, 2000; BIRLEY E MUZYKA, 2001). Sua introdução no vocabulário gerencial brasileiro surgiu com uso do termo em línguas estrangeiras, alegando-se que não havia uma tradução adequada ao conceito. Hoje, sua abrangência vai desde o perfil de pessoas com qualidades específicas, passando por valores e comportamentos definidos, até uma postura comprometida com a responsabilidade social.

Nos dicionários da língua portuguesa, é identificado com pessoas que possuem certa coragem para se aventurar em coisas novas e/ou difíceis, com capacidade para inovar e mudar. Frequentemente é confundido com aquele que abre uma empresa, originalmente um grande negócio. No início do capitalismo, o empreendedor, diferenciado até mesmo do capitalista, dono do dinheiro, era o responsável pela criação e difusão de um produto ou de uma idéia produtiva. Na fase de expansão da economia industrial, o empreendedor garantiu o crescimento e a concentração do poder econômico das grandes empresas e dos países centrais. No conceito mais restrito à gestão, é associado a comportamentos que potencializam a eficiência das organizações.. No entanto, no quadro de crise da economia globalizada, o aumento do desemprego e do trabalho temporário recolocaram a questão do investimento e do papel do empreendedor. Hoje, são empreendedores não só aqueles que abrem um grande negócio, mas, cada vez mais, também os que iniciam um pequeno negócio, criando emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento social. Nesta última acepção passou a ser incentivado pelas políticas sociais, como instrumento de redistribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais.

Capacitação de Empreendedores

A crítica que se coloca à concepção tradicional da ideologia do empreendedorismo é que ela se baseia em uma imagem romântica e mitificada de um indivíduo portador de qualidades e habilidades excepcionais com papel de destaque no crescimento econômico. Essa perspectiva, além da ênfase exagerada em componentes psicológicos do perfil do empreendedor, menospreza a influência do contexto histórico, econômico e sócio-cultural no desenvolvimento sócio-econômico (Paiva Jr., 2004; Souza et.al., 2005).

Isto não impediu que a expectativa de resultados positivos estimulasse o surgimento de programas de formação de empreendedores voltados ao desenvolvimento de competências e capacidades específicas da cultura empreendedora. Dessas, fazem parte: a capacidade de inovação; de focalização nos resultados; de perceber as ameaças, tornando os riscos controláveis; de aproveitar e até criar oportunidades; o sentido de responsabilidade; a valorização do “fazer” e da resolução de problemas; a competência para organizar atividades e pessoas. Também são enfocados comportamentos, atitudes e valores reforçadores dessas competências, voltados à inovação, criatividade, mudança, autonomia, autoconfiança e liderança.

No Brasil, o Sebrae desempenha importante papel na formação e na divulgação desse perfil de cultura empreendedora. Define cultura empreendedora como o “complexo de crenças, valores, conhecimentos, articulação de idéias e padrões de comportamento, condicionado por características pessoais, pela cultura e pelo ambiente, caracterizando a interferência criativa e realizadora do meio, em busca de ganhos econômicos e sociais” (Sebrae, 2007)

Este enfoque associa o êxito das experiências empreendedoras também a indicadores sociais historicamente clássicos, como sexo (a maioria dos empreendedores são homens); idade (os jovens predominam); capital social (redes de relacionamento com base familiar, religiosa ou mesmo étnica) e capital cultural (nível de escolaridade e nível de vida familiar).

Mercado de Trabalho como Eixo da Análise

Alterando-se o enfoque da análise para o mercado de trabalho, constata-se que ocorreram mudanças no âmbito macrossocial que impulsionaram a ampliação do conceito e da ideologia do empreendedorismo. A reestruturação produtiva ocorrida no pós-fordismo promoveu a desverticalização e a redução do mercado de trabalho, especialmente daqueles empregos tradicionais, com registro e proteção trabalhista. Um de seus resultados mais visíveis foi o surgimento de formas alternativas de inserção nas atividades produtivas.

Uma delas corresponde ao que autores mais críticos chamam de “novo evangelho do trabalho” (Castells, 1999; Meszáros, 2002...), que coloca o desemprego e a precarização do trabalho como grandes desafios do pensamento crítico e da esquerda,

Outra vertente, também dissociada do paradigma do mercado de trabalho formal e do complexo de significados articulados em torno dele, incorpora ao perfil do empregado características que anteriormente eram exclusivas do empregador (Minarelli, 1995). Virtudes empreendedoras são incluídas no mapa de competências das empresas, tornando-se componentes do novo modelo de socialização e qualificação para o trabalhador assalariado. Assim, as possibilidades de empreender, além de funcionarem como estratégia de gestão do trabalho, ajudando a preservar os componentes normativos da ética do trabalho, contribuem para melhorar a empregabilidade dos trabalhadores. No novo formato do mercado de trabalho, os atributos do empreendedor são também requisitos do perfil do trabalhador empregável.

A outra forma de inserção nas novas práticas econômicas e sociais, através de múltiplas alternativas de empreender, acarreta resultados bem diferentes:

- Na primeira delas, ocorre a conversão do segmento de trabalhadores mais qualificados em trabalhadores autônomos ou micro-empresários bem-sucedidos, freqüentemente realizando o sonho de trabalhar por conta própria e a expectativa de ascensão social. Representa uma forma de resistência à integração total do trabalhador à ordem industrial e a conquista de sua autonomia em relação ao assalariamento.

- Na segunda, as novas condições produzem um contingente de trabalhadores que cria estratégias de sobrevivência em torno de alternativas precárias, como autônomos ou assalariados informais. Numa análise mais pessimista, pode representar certa resignação frente ao desemprego, reforçando a cultura do trabalho. Mas, por outro lado, significa uma grande capacidade dos grupos subalternos de, mesmo diante do risco, da insegurança e da incerteza, desenvolverem estratégias de sobrevivência. No caso brasileiro, suscita até mesmo certa “inveja dessa gente, que vai em frente sem não ter com quem contar” (SIQUEIRA & GUIMARÃES, 2003)

Novos Desafios do Empreendedorismo

Ecologia dos Pequenos Negócios

Um dos ramos da Teoria de Organizações que apresenta uma rica produção é a Ecologia das Organizações. Nela são analisadas as trajetórias de diferentes grupos de empresas, buscando identificar regularidades que possam auxiliar na tomada de decisões em busca da maior eficiência organizacional. Parte-se do pressuposto de que o ambiente seleciona aquelas organizações com características que melhor se enquadrem às suas condições. Os estudos concluíram que a mortalidade de determinadas organizações é decorrente da ausência de características internas que permitam sua adaptação às mudanças ambientais. Essas decorrem tanto do *ambiente de primeira ordem* (clientes/ fornecedores...), quando dos de *segunda ordem*-(governo, agentes de fomento financeiro, instituições de classe patronal e de trabalhadores, a mídia e a própria sociedade).

As pequenas e médias empresas vêm merecendo cuidado especial da perspectiva ecológica, tanto em função de sua expressiva expansão das últimas décadas, como de problemas enfrentados, especialmente em suas taxas médias de vida. Os pequenos negócios, individuais ou mediante parcerias inusitadas – terceirização, subcontratação, franchising, cooperativas, empresas comunitárias e incubadoras de empresas – proliferaram nos Estados Unidos e em quase todo o mundo na década de 80 do século passado. O impacto da informática contribuiu para consolidar a posição dos pequenos

empreendedores como agentes do crescimento econômico. Hoje, em todo o mundo, eles representam em torno de 90% do total de empreendimentos e contribuem com percentuais expressivos da geração de empregos. Por outro lado, já em 1970, pesquisas revelavam que os inventores independentes e as empresas de pequeno porte eram responsáveis por 40% das inovações, gastando menos tempo que as grandes corporações (2 anos em média) para colocar um novo produto no mercado. São ainda relevantes como fator de estabilidade política e social, ao propiciar a desconcentração do poder econômico e o fortalecimento da classe média, além de gerar empregos – inclusive para mão-de-obra pouco especializada- e contribuir para uma melhor distribuição da renda, propiciando a mobilidade social.

Das 4 milhões de organizações empresariais brasileiras, cerca de 3 milhões e 800 mil são micro e pequenas empresas, empregando 35 milhões de pessoas. Em cerca de 85% dos 4.600 municípios do País só existem pequenos e micros empreendimentos. Como nesses empreendimentos o nível de eficiência da produção é pequeno, normalmente eles optam por setores de trabalho intensivo, ou os chamados setores tradicionais – mobiliário, vestuário, calçados, editorial, gráfico, etc – cuja exigência de qualificação de mão-de-obra também é bem menor que nas maiores empresas. O setor de serviços é o que apresenta melhores oportunidades para as pequenas empresas, sendo que, no comércio, os pequenos negócios respondem por 98% dos estabelecimentos (PUGA, 2000; NAJBERG et al., 2000, IBGE, 2003).

Estudo de 2000 (NAJBERG et al.), analisando a dinâmica de criação e fechamento das firmas existentes no Brasil, no período dez. 1995/dez. 1997, em termos de porte, idade, setor, região geográfica e seu impacto no emprego, mostrou uma intensa movimentação na economia, com uma quantidade significativa de firmas sendo criadas e fechadas a cada ano. As taxas de natalidade e mortalidade são maiores para as de menor porte e com menos idade. Em termos de criação de postos de trabalho, o crescimento no emprego nas micro e pequenas firmas mais do que compensou a redução nas médias e grandes, o que revela a importância do apoio às unidades de menor porte. Os autores sugeriram que a implementação de políticas públicas que reduzam a mortalidade dessas

unidades deve ter um impacto significativo na geração e manutenção do emprego. É, portanto, estratégia que não pode ser desconsiderada na questão do empreendedorismo.

Taxas de Empreendedorismo

O Projeto GEM- Global Entrepreneurship Monitor, criado, em 1997, com o objetivo central de explorar e compreender o fenômeno do empreendedorismo e o seu papel no processo de desenvolvimento e crescimento econômico das nações, por iniciativa conjunta da Babson College e da London Business School, vem publicando interessantes análises sobre o tema, comparando resultados de mais de 40 países que hoje integram a pesquisa.

A taxa de atividade empreendedora –TEA é calculada em termos da percentagem da força de trabalho que iniciou um novo negócio nos últimos 42 meses. No entanto, a classificação de tipos de empreendedorismo utilizada, baseada na motivação para empreender, parece determinada por um significado muito convencional do conceito. Distingue o *empreendedorismo por oportunidade* e o *empreendedorismo por necessidade*, esse último originado geralmente pelas pessoas expulsas ou sem condições de ingresso no mercado formal de trabalho. Tende a ser maior entre os países em desenvolvimento, onde as dificuldades de inserção no mercado de trabalho levam as pessoas a buscar alternativas de ocupação. Esses empreendimentos em sua maioria são conduzidos por pessoas com baixo nível educacional, o que faz os analistas do GEM acreditarem que suas perspectivas de crescimento sejam pequenas. Dos 37 países pesquisados em 2004, o Brasil apresentou a maior taxa de atividade por necessidade (7,5%), sendo a dificuldade em encontrar trabalho a motivação de 55,4% dos empreendedores.

Novas Estratégias Empreendedoras

A experiência histórica já demonstrou que as receitas do pensamento econômico convencional não foram capazes de gerar um progresso econômico estável e reduzir a pobreza e a iniquidade no mundo (KLISBERG, 1999). Com isso, o empreendedorismo não pode ser analisado apenas do ponto de vista da economia clássica, centrada no

individualismo metodológico e na racionalidade econômica da maximização dos benefícios (SIQUEIRA&GUIMARÃES, 2005). No contexto pós-moderno, reconfiguram-se as redes de poder e ampliam-se os espaços de participação, a diversidade emergindo como acervo altamente valorizado, sobrepondo-se à busca do consenso (COOPER e BURREL, 1988; ORTEGA, 2000). Essa abertura desperta interações localizadas, micropráticas e micropolíticas. O que era visto como ações desviantes passam a ser idéias que valem a pena considerar. (SCHON, 1973).

A teoria néo-institucionalista preconiza uma visão multidimensional tanto para conceber e orientar a criação de empresas quanto para atuar na formação do empresário. Atribui uma função social à capacidade de empreender, estratégica, desde que atrelada ao contexto sócio-econômico. Essa capacidade é própria da sociedade e supera a capacidade individual (LAMOLLA, 1999) (GARTICA, ARRIAGADA, RUSQUE, 2005).

Nesta acepção, o empreendedorismo é constituído de estratégias alternativas legítimas ao emprego formal, representando novos horizontes ocupacionais e projetos profissionais, tanto para os que foram excluídos do trabalho assalariado, quanto para aqueles que não conseguiram ser incluídos na economia globalizada. Resulta mais das dificuldades de realizar o sonho da carteira assinada que do sonho de ser patrão. Até mesmo a abertura de vagas nos serviços públicos, através de concursos, pode afetar negativamente o número de novos empreendimentos.

Para a difusão deste novo papel, a cultura e a ideologia locais, representados pelas regras formais (normas e regulamentos) e informais (idéias, mitos, ritos), tanto podem ajudar, inspirando políticas de emprego e estimulando a emergência de novos arranjos, quanto dificultar o processo de mudança. Entre os valores facilitadores encontram-se:

- a confiança interpessoal, fundada em relações sociais nos quais a racionalidade do mercado não é a única mola da atividade econômica;
- o associativismo e outros arranjos de trabalho independentes do assalariamento, incorporando a produção familiar, a produção artesanal, a cooperativa e outras variantes da *economia solidária*;

- a consciência de cidadania, transformando o empreendedorismo em mecanismo de integração social;
- a ética coletivista, em convivência com a ética individualista;
- a defesa do desenvolvimento sustentável;
- a luta contra a exclusão social, tendo o empreendedorismo como alternativa para reduzir a pobreza e resgatar a auto-estima dos empregados, criando capital social.

A formação de novos empreendedores, portanto, deve enfatizar esses valores, considerando que a individualização e imperativos do mercado não excluem a revalorização da comunidade, dos valores solidários e das motivações coletivas. Reforçando essa concepção, a *Carta do Rio*, assinada recentemente pela CUT, CGT e Força Sindical, definiram a educação profissional como uma promoção do trabalho “voltado para a construção da cidadania e para o desenvolvimento da capacidade empreendedora”.

Desafios ao Empreendedorismo no Brasil.

As avaliações de desempenho do empreendedorismo, inclusive do GEM, ressaltam as condições institucionais desfavoráveis que afetam esta prática no Brasil:

- Acesso e custo do capital
- Elevada carga de tributos
- Exigências fiscais e legais
- Frágil capacitação para a gestão do negócio
- Políticas e Programas dedicados ao setor não adequados à realidade do empreendedor.

Tais condicionantes exigem algumas medidas que podem facilitar as iniciativas empreendedoras com o enfoque desejado:

- Apoio financeiro, sem grandes burocracias e juros acessíveis;

- Políticas e Programas Governamentais de incentivos à atividade empreendedora em suas múltiplas feições;
- Educação e Desenvolvimento da Capacidade Empreendedora adequados às diferentes qualificações e competências exigidas para cada caso ;
- P& D tecnológicos de diferentes complexidades;
- Infra-estrutura física, comercial e profissional, reduzindo as barreiras respectivas dos diferentes formatos;
- Contexto político, institucional e social que crie um clima econômico estável e estimulante a novos empreendimentos em suas diferentes versões.

Com essas medidas, será possível colaborar para o enfrentamento do desafio de se criar capital social suficiente para manter elevadas as taxas de empreendedorismo – ainda que por necessidade – tornando a vida média e a taxa de sobrevivência dessas iniciativas mais próximas daquelas do empreendedorismo por oportunidade. E se estará caminhando no sentido de se atender aos múltiplos significados e as múltiplas possibilidades que se apresentam hoje ao empreendedorismo à brasileira:

- No trabalho por conta própria
- Na atividade empresarial bem sucedida
- Na dimensão empreendedora do trabalhador assalariado
- Na afirmação de uma liderança no local de trabalho
- Na comunidade (empreendedorismo comunitário)
- Na gestão pública

É importante ressaltar, ao final, que, assim como em outros espaços sociais que na pós-modernidade re-configuraram as redes de poder e ampliaram a participação (CAMPOS, 2006), as iniciativas empreendedoras ocorrem em um campo complexo e heterogêneo, onde as organizações desenvolvem estratégias, num variado jogo de operações programadas, mas também instintivas, pragmáticas e improvisadas. Nem

sempre as ações calculadas e previamente deliberadas da racionalidade modernista são as melhores para dar respostas a ameaças não previstas (COOPER & BURRELL, 1988).

REFERÊNCIAS

- BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. *Dominando os desafios do empreendedor*. São Paulo, MakronBooks, 2001
- CAMPOS, A.M. Public service accountability in Brazil: the missing concept. In: J.Jabra e O. Dwevedi (eds). *Public service accountability: a comparative perspective*. Connecticut, Kumaryan, 1988
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e terra, 1999:
- COOPER e BURRELL, G. Modernismo, postmodernism and organizacional analysis: na introduction. *Organization Studies*, v.9, n.1, 1988
- DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor - a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo, Cultura, 1999
- IBGE-. *As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil*. IBGE/Coordenação de Serviços e Comércio, Rio de Janeiro, 2003
- GARTICA, Cristina C.; ARRIAGADA, Ramón, A.R.; RUSQUE, Ana Maria. Capacidad emprendedora y capital social. In: SOUZA, Eda et Al. *Empreendedorismo além do plano de negócios*. São Paulo, Atlas, 2005
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR- *Empreendedorismo no Brasil – relatório nacional*, 2005
- KLISBERG, Bernardo. Capital Social y cultura- claves esenciales del desarrollo. *Revista de la Cepal*, 69, p.85-102, 1999
- LAMOLLA, Laura. La capacidad de emprender- el rol de los emprendedores em el desarrollo. A propósito de la lectura de Disclosing New Worlds. *Instituciones y Desarrollo*, n.3, abr, 1999
- MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo, Bontempo, 2002
- MINARELLI, José Augusto. *Empregabilidade: como ter trabalho e remuneração sempre*. Ed. Gente, 1995

NAJBERG, S.; PUGA, F.P.; OLIVEIRA, P.A.S. *Criação e fechamento de firmas no Brasil: dez.1995/ dez.1997*. Rio de Janeiro, BNDES, 2000

OLIVEIRA, E.M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias- *Revista FAE*, Curitiba, v.7. n.2. p9-18, jul/dez. 2004

PAIVA, JR. F. G. *O empreendedorismo na ação de empreender: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz*. Tese de doutorado em Administração. Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

PRÉVOST, P. *Entrepreneurship et développement local: quand la population se prend en OGBOR*, J. O. (2000) Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: ideology critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies*. v. 37, n. 5, pp. 605 – 635.

PUGA, F.Pimentel. *Experiências de apoio às micro, pequenas e médias empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan*. Rio de Janeiro, BNDES, 2000

SCHON, D. *Beyond the Stable State*. New York, W.W. Norton & Company, 1973

SOUZA, Eda et al. *Empreendedorismo além do plano de negócios*. São Paulo, Atlas, 2005

SIQUEIRA, Moema M; GUIMARÃES, Liliane O. *People who`s go ahead although they can`t count on anybody*. The Business Association of Latin America Studies- BALAS, 2003.